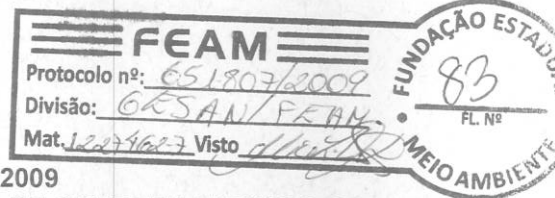




Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Qualidade e Gestão Ambiental
Gerência de Saneamento



PARECER TÉCNICO GESAN N° 355/2009

AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO COM O MUNICÍPIO

Empreendedor: Prefeitura Municipal de Arapuá	
Endereço: Pça São João Batista, 111	
Empreendimento: Depósito de lixo	Município: Arapuá
Atividade: Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos.	
Data da Assinatura: 18-04-2007-	Data da Vistoria: 25-03-2008
Relatório de Vistoria nº: 2021/2008	
Técnico Responsável pela vistoria: Luiza Helena Pinto	
Processo Vinculado: 12793/2005/001/2005	Auto de Infração nº: 15202/2005
RELATÓRIO TÉCNICO DE CUMPRIMENTO DE TAC	

RELATÓRIO

Em razão da aplicação de multa no valor de **R\$ 10.641,00** devido ao descumprimento da Deliberação Normativa COPAM 52/2001 quanto à adoção de medidas mínimas para manutenção ambiental de áreas de disposição final de resíduos sólidos urbanos, o município de **Arapuá** assinou Termo de Ajustamento de Conduta com o órgão ambiental estadual.

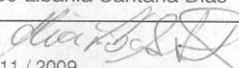
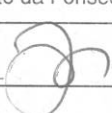
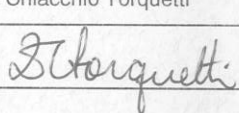
Durante a realização da vistoria para verificação do cumprimento das medidas adotadas para finalização da degradação ambiental causada pelo lançamento de resíduos sem critério técnico (ausência de sistema de drenagem, resíduos expostos a céu aberto, proximidade a curso d'água, terreno com elevada declividade) foi constatado que o município **não adotou** medidas que solucionaram essa degradação. Apesar de terem sido adotadas algumas medidas, tais como mudança de área, devido à inadequação da área anterior, ainda foram constatados, na nova área de disposição, grande quantidade de resíduos sem o recobrimento adequado, não foi implantado sistema de drenagem pluvial, nem placa de identificação e alerta, e ainda, o isolamento dos limites da área estava incompleto.

Não foi cadastrado o responsável técnico pela operação do depósito junto à FEAM. O município **não apresentou**, para comprovação do cumprimento do TAC, o relatório técnico com as melhorias implementadas, respectivo relatório fotográfico, e as notas fiscais relativas a gastos no melhoramento da área do depósito.

CONCLUSÃO

A conclusão da análise técnica em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta é de que o TAC **não foi cumprido** pelo município, pois, não foi apresentada toda a documentação comprobatória do referido TAC; não foi cadastrado responsável técnico pela operação do depósito de resíduos, com o encaminhamento da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao órgão de classe; não foi implantado sistema de drenagem pluvial; o isolamento da área estava incompleto, e havia grande quantidade de resíduos expostos sem o recobrimento adequado para a disposição final.

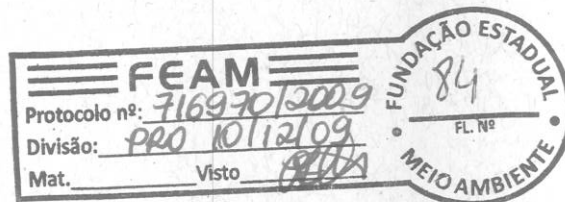
Recomendamos o encaminhamento do processo à Procuradoria para análise e providências.

Gerência de Saneamento - GESAN		Diretoria de Qualidade e Gestão Ambiental - DQGA
Autor: Alice Libânia Santana Dias	Gerente: Francisco Pinto da Fonseca	Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
Assinatura:  Data: 12/11/2009	Assinatura:  Data: 13/11/09	Assinatura:  Data: 17/11/09

Alice Libânia Santana
ANALISTA AMBIENTAL - GESAN/FEAM
MASP: 1227462-7

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



PARECER JURÍDICO

Autuado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ	
Processo nº 12793/2005/001/2005	
Referência: Auto de Infração nº 15202/2005	
Tipo de infração: 1 leve 1 gravíssima	Porte: pequeno

I – RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Arapuá foi autuada em 1.8.2005, pela prática de duas infrações: uma leve, prevista no art. 19, §1º, item 2, e outra gravíssima, prevista no art. 19, § 3º, item 6, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, *in verbis*:

Art. 19(...)

§ 1º São consideradas infrações leves:

(...)

2. Deixar de atender a convocação para Licenciamento, Revalidação ou Procedimento Corretivo formulada pelo COPAM, Câmaras Especializadas ou Órgãos Seccionais de Apoio.

(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;

Em razão da autuação foram aplicadas as seguintes penalidades:

- **pela infração gravíssima:** multa no valor de R\$ 10.641,00, aplicada pela Câmara de Atividades de Infra-Estrutura – CIF/COPAM, em 18.8.2006, podendo este valor ser revertido na recuperação da área degradada, mediante assinatura de TAC;

- **pela infração leve:** multa no valor de R\$ 403,41, aplicada pela FEAM em 12.9.2006.

O autuado apresentou Pedido de Reconsideração tempestivo.

O Município firmou Termo de Ajustamento de Conduta em 13.12.2006 (fls. 60/65).

No entanto, o Termo de Ajustamento de Conduta não foi cumprido, conforme parecer técnico GESAN Nº 355/2009.



II – ANÁLISE JURÍDICA

O Auto de Infração foi lavrado por constatar que o Município deixou de atender a Deliberação Normativa COPAM nº. 52/2001, ao não adotar no depósito de lixo as medidas minimizadoras dos impactos ambientais causados, e também, por causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento de resíduos sólidos urbanos em depósito a céu aberto – lixão.

Em seu pedido de reconsideração alega o autuado, em síntese, que:

- o imóvel onde se localiza o depósito de lixo não foi adquirido pela atual administração, mas que, devido a dificuldades financeiras do Município, esta foi forçada a continuar a depositar o lixo no local;

- foi adquirida nova área para a implantação de Usina de Compostagem e Reciclagem do Lixo Urbano, já tendo sido contratada a elaboração do Projeto respectivo;

- quanto ao antigo local de disposição do lixo serão tomadas as seguintes providências: o lixo será depositado em valas e recoberto; serão drenos de gases; e após a desativação do local, este será cercado e revegetado.

- o Município se dispõe a firmar TAC;

- pede sejam reconsideradas e afastadas as penalidades bem como seja arquivado o processo após a assinatura do TAC;

O pedido de reconsideração apresentado não trouxe dados ou fatos novos capazes de descaracterizar as infrações cometidas.

As infrações estão plenamente caracterizadas, conforme constatado na vistoria realizada em 9.8.2006 (fls. 36/44), composta de relatório fotográfico:

"(...) o córrego Bebedouro, curso d'água mais próximo da área do depósito, dista cerca de 100 metros; (...) os resíduos estão sendo dispostos perto de uma encosta e empurrados por meio de uma pá carregadeira para o seu interior, sem recobrimento; os resíduos encontravam-se queimados e em processo de queima tendo sido constatada fumaça; a declividade da encosta segue em direção ao córrego bebedouro, que encontra-se a jusante da área do depósito; constatou-se ossadas na área, sem recobrimento; (...) observou-se lixo exposto e espalhado em toda a área, e urubus; (...) a área do depósito apresenta declividade acentuada."

Ademais, em nova vistoria, realizada em 20.6.2007 (fls. 55/58), constatou-se que o depósito de lixo continua operando de forma irregular:

"(...) os resíduos sólidos coletados pela municipalidade não atendiam aos critérios técnicos de disposição final ambientalmente"



adequados; os resíduos eram queimados e parcialmente aterrados; (...) não havia sistema de drenagem pluvial; a ausência de microdrenagem e a ausência de critério para disposição do lixo favorece o carreamento de contaminantes para o curso d'água que corta o vale abaixo da área; (...) a área é considerada inadequada para a atividade ali desenvolvida; o Município não está cumprindo com a técnica ambientalmente adequada para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos."

As irregularidades no depósito também foram constatadas por meio do boletim de ocorrência nº. 100.475, lavrado em 17.12.2007 (fls. 66/68).

III – CONCLUSÃO

O autuado não cumpriu o Termo de Ajustamento de Conduta assinado em 13.12.2006.


Considerando que o autuado, em seu Pedido de Reconsideração, não trouxe dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar as infrações cometidas, recomendamos:

- **Ao Vice-Presidente da FEAM:** quanto à multa decorrente da infração leve, o indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantida a multa aplicada, cujo valor será reduzido de R\$ 403,41 para R\$ 251,00, nos termos dos arts. 83 e 96 do Decreto 44.844/2008.

- **À URC COPAM TRIÂNGULO MINEIRO:** quanto à multa decorrente da infração gravíssima, o indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantida a multa aplicada, cujo valor será reduzido de R\$ 10.641,00 para R\$ 10.001,00, nos termos dos arts. 83 e 96 do Decreto 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2009.

Autora: Carulina de Freitas Chagas Consultora Jurídica OAB/MG 117.151	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 